

**TRABALHO DE CAMPO COMO INSTRUMENTO DE ENSINO-
APRENDIZAGEM REALIZADO NO PARQUE ESTADUAL DA
SERRA DOURADA (GOIÁS)**

**FIELD RESEARCH AS A TEACHING-LEARNING TOOL
CARRIED OUT IN THE SERRA DOURADA STATE PARK
(GOIÁS)**

FERNANDA ALVES DE OLIVEIRA FERREIRA

Mestranda em Geografia da UEG - Universidade Estadual de Goiás, Campus Cora Coralina, Cidade de Goiás (GO) e Docente da Rede Pública de Ensino do Estado de Goiás

fernanddafferreira@hotmail.com

VANDERVILSON ALVES CARNEIRO

Docente do Mestrado em Geografia da UEG - Universidade Estadual de Goiás, Campus Cora Coralina, Cidade de Goiás (GO)

profvandervilson@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem por objetivo relatar a experiência de uma atividade de campo como requisito da disciplina Tópicos em Geodiversidade do curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Cora Coralina. As atividades foram realizadas no Parque Estadual da Serra Dourada (PESD), localizado nos municípios de Goiás, Mossâmedes e Buriti de Goiás – GO. O PESD ocupa uma área de 28.625,1773 hectares e abriga uma rica geodiversidade, com a possibilidade para inúmeros estudos geoambientais, potenciais de geossítios e a criação de um geoparque. O trabalho foi realizado com êxito, onde foram abordados os temas relacionados aos aspectos geológicos, pedológicos, entre outros.

Palavras Chave: Estudos geoambientais. Geossítios. Geoparque. Geoconservação.

Abstract: This work aims to report the experience of a field research as a requirement of the discipline Topics in Geodiversity of the Postgraduate Course in Geography at the State University of Goiás - Campus Cora Coralina. The activities were carried out in the Serra Dourada State Park (PESD), located in the municipalities of Goiás, Mossâmedes and Buriti de Goiás-GO. The PESD covers an area of 28,625.1773 hectares and is home to a rich geodiversity, with the possibility for numerous geoenvironmental studies, potential geosites and the creation of a geopark. The work was successfully carried out, in which topics related to geological and pedological aspects, among others, were addressed.

Keywords: Geoenvironmental studies. Geosites. Geoparks. Geoconservation.

INTRODUÇÃO

As unidades de conservação (UCs) são um tipo especial de área protegida, ou seja, espaços territoriais (incluindo seus recursos ambientais e as águas jurisdicionais) com

características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e de limites definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000)

Segundo a Lei nº 9.985/2000 (SNUC), as unidades de conservação dividem-se em dois grupos com particularidades distintas, são eles: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável nos termos do artigo 7º. As unidades de proteção integral têm por objetivo básico a conservação e preservação da natureza, restringindo desse modo, o uso de seus recursos de forma indireta, ou seja, uso que não envolve o consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais existentes, com exceção apenas para casos previstos no §2º, art. 7º, da referida Lei (BRASIL, 2000).

Em equivalência, as unidades de uso sustentável possuem por finalidade harmonizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais existentes, conforme previsão do §2º, art. 7º, da referida Lei (BRASIL, 2000).

No Quadro 1 são apresentadas as Categorias de UCs constantes na Lei segundo o SNUC, proposto por Gabelini (2011):

Quadro 1 – Categorias de Unidades de Conservação

Estação Ecológica (art. 9º)	Preservar a natureza e realizar pesquisas científicas. Posse e domínio públicos.
Reserva Biológica (art.10º)	Preservar integralmente a biota e demais atributos naturais existentes. Posse e domínio públicos.
Parque Nacional (art. 11º)	Preservar Ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica. Posse e domínio públicos.
Monumento Natural (art. 12º)	Preservar sítios Naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
Refúgio da Vida Silvestre (art. 13º)	Proteger ambientes naturais para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades de flora local e da fauna residente ou migratória.

Fonte: Gabelini (2011, p.37).

A criação do Parque Estadual da Serra Dourada (PESD) iniciou-se na segunda metade da década de 1990, no contexto do processo de discussão da cidade de Goiás em receber o título de cidade patrimônio histórico da humanidade, com uma exigência da UNESCO de preservação ambiental. Então, como foco no título foram feitas várias reuniões e audiências públicas para que as universidades, os fazendeiros, o comércio

local, o poder público e toda sociedade pudesse discutir o assunto. Com um grande consenso, o Governo do Estado de Goiás, através do decreto nº 4.866, de 12 de fevereiro de 1988 instituiu a Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra Dourada, com o objetivo de proteger e conservar a fauna, a flora, os mananciais, a ecologia e a paisagem. Em 28 de janeiro de 2000, através do decreto nº 5.169, a APA da Serra Dourada teve ampliação da área a mudanças no que diz respeito à sua administração e manejo. No dia 28 de dezembro de 2001 é criada a lei que muda o nome da APA da Serra Dourada para APA Dr. Sullivan Silvestre. Já o Parque Estadual da Serra Dourada só foi criado pelo Decreto Estadual nº 5.768, de 05 de Junho de 2003, em consonância com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, com uma área total de aproximadamente 30.000 (trinta mil) hectares, de propriedade de particulares, localizada nos Municípios de Goiás, Mossâmedes e Buriti de Goiás- (PINTO FILHO, 2014).

Tendo como justificativa o não cumprimento da Lei 9.985/2000 (art. 22) no que tange ao estudo técnico que é condição legal para a criação de uma UC, assim como a realização de consulta pública à população direta e indiretamente afetada pela criação da unidade, também fixada pelo Decreto nº 7.992, de 13 de Setembro de 2013 (Declara de interesse social, para fins de desapropriação, a área de terras que especifica e dá outras providências), o Sindicato Rural propõe estudo para a criação de um novo limite ao parque, que resultou na revogação do decreto anterior e na criação de um novo - Decreto nº 8.202, de 1º de julho de 2014 justificados pela necessidade de aprofundamento dos estudos, no tocante à definição da área e de seus limites e confrontações, destinada ao Parque Estadual de Serra Dourada. A proposta finda na redução da área do parque de 28.625,1773 ha para uma área de 17.170,7924 ha, uma diferença de 11.454,3829 ha, o que apresenta uma redução de área de aproximadamente 60% da área total (DECRETO 8.202, 2014).

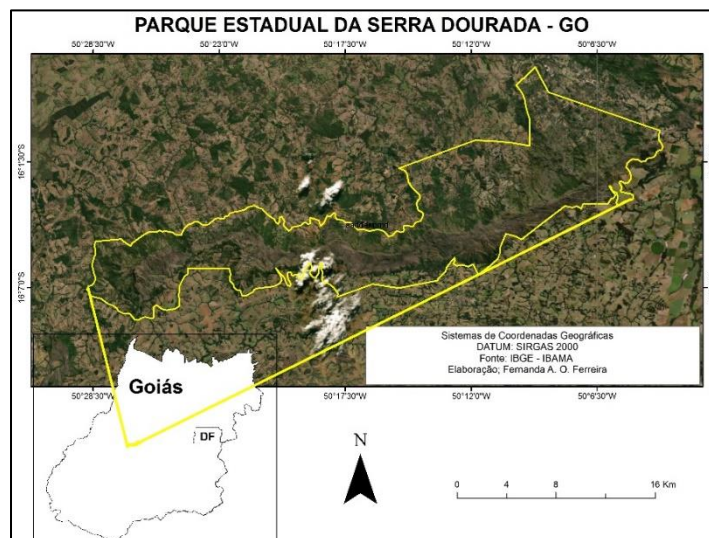
Portanto é nessa área de conflitos entre grandes propriedades rurais, assentados, ambientalistas e o efetivo cumprimento da lei que, o professor da disciplina de Tópicos em Geodiversidade, propõe um estudo de campo que leve a reflexão dos mais variados conceitos trabalhados em sala de aula, como por exemplo, de

paisagem, território, geodiversidade, geossítio, geoparque, geoconservação, entre outros que podem ser observados e vivenciados nos ambientes do Parque Estadual da Serra Dourada.

METODOLOGIA

O Parque Serra Dourada localiza-se nos municípios de Goiás, Buriti de Goiás e Mossâmedes, estado de Goiás, região centro-oeste do Brasil (figura 1), mais especificamente entre as coordenadas 16°00' e 16°04' de Latitude Sul e 50°10'59" e 50°10'12" de Longitude Oeste.

Figura 1: Mapa de localização da Serra Dourada, da área de estudo.



Elaboração: Fernanda Alves de Oliveira Ferreira, 2019.

A exposição sobre o estudo de campo ao PESD teve início na aula do dia 02 de maio do corrente ano, quando o professor explanou o processo de avaliação da disciplina, bem como as diretrizes de elaboração do roteiro e do relatório.

O estudo de campo ocorreu no dia 16 de junho de 2019, com início às 06h30 minutos, na entrada do prédio da Universidade Estadual de Goiás – Campus Cora Coralina. Às 07h45min inicia-se a subida à Serra Dourada (figura 2), com uma fala

inicial do professor responsável pela disciplina, bem como de outros dois professores convidados, os quais apresentaram os procedimentos da aula, além de discussões ao longo do percurso.

Figura 2: Entrada do Parque Estadual da Serra Dourada



Fonte: Jorge Augusto Almada Justino, 2019.

Os pontos visitados no parque foram: Vale ou Pé da Serra Dourada, trecho da estrada de acesso ao topo da serra, Gruta da Coruja, Mirante e Areal. As discussões em cada ponto levaram os estudantes de pós-graduação à possibilidade de vivenciar variados conceitos, como de paisagem, território, geodiversidade, geossítio, geoparque, geoconservação, entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender o processo de formação geológica da Serra Dourada é preciso conhecer o tempo geológico. Ele é dividido em Éon, Período, Era e Época. O Éon é dividido em arqueano, proterozóico e o fanerozóico. O arqueano e o proterozóico forma o que chamamos de Era Pré- Cambriana, de pelo menos 3 bilhões de anos. É dessa data a formação geológica da serra (figuras 3 e 4).

A Serra Dourada, segundo o geógrafo Jurandy Ross (1996) configura-se, das faixas de dobramentos do ciclo brasileiro, associada ao cinturão de Brasília, na unidade

morfoestrutural chamada de Planaltos e Serras de Goiás-Minas, como serras residuais em razão de sua formação por resíduos das antigas dobras (orogêneses), são estreitos e alongados, sustentados por rochas metamórficas, com predominância de quartzitos moscovíticos, associados a intrusões de natureza granítica, com clivagem imperfeita e o relevo suave ondulado, com presença de erosão geológica e antrópica.

Essa mais atual e moderna classificação do relevo brasileiro, proposta por Ross (1996) se baseou nos estudos geomorfológicos do Brasil realizados até a década de 1990, principalmente nas obras de Aziz Nacib Ab'Saber e no projeto RadamBrasil, que realizou levantamento e mapeamento sistemático dos recursos naturais brasileiros, com o auxílio de imagens aéreas feitas por aviões e radares, que mapearam toda a superfície, incluindo suas elevações e depressões.

A classificação de Ross utilizou como critérios o processo de formação das formas de relevo, o nível altimétrico e a estrutura geológica do terreno. De acordo com essa classificação, o relevo brasileiro pode ser dividido em 28 unidades, sendo elas, áreas de planaltos, que são áreas de médias a altas altitudes, com superfícies irregulares e predomínio de processos de erosão. As planícies, que são superfícies, geralmente planas e de baixa altitude, formadas a partir do acúmulo de sedimentos de origem marinha, lacustre ou fluvial. Segundo essa classificação, o país possui seis áreas de planícies, onze unidades de planaltos e onze unidades de depressões, que são áreas formadas a partir de processos erosivos nas áreas de contato entre as bacias sedimentares (material menos resistente) e os maciços cristalinos (material mais resistentes).

Na região da Serra Dourada temos uma estrutura de relevo inclinado, classificada como relevo sinclinal. O material da parte superior (quartzito intemperizado por elementos químicos e físicos) vai soltando e criando partículas menores, propiciando a deposição dos materiais do processo erosivo no fundo dos vales, formando os paleopavimentos.

Na referida serra podem ser observadas diferentes tipos de fitosionomias do Cerrado, que variam de Cerradão, a Campo Sujo e Campo Rupestre que se explicam

pelas características granulométricas, mineralógicas, declividade, topografia, altitude, mas especialmente pela profundidade do solo.

Rizzo (1970) ressalta que devido à rocha matriz dos solos ser extremamente ácida (quartzitose xistos), os solos resultantes são extremamente pobres e arenosos, dando assim origem a uma vegetação de campo cerrado, campo rupestre e cerrado rupestre. Em relação à vegetação, o autor esclarece que a Serra Dourada apresenta trechos desprovidos de plantas de porte elevado, sendo revestidos na sua maior parte por gramíneas e arbustos.

O solo, da parte mais alta da Serra Dourada (altitude de 1.000 metros) é formado pelo Neossolo Litólico (Figura 5), formado pela rocha metamórfica, predominantemente quartzitos moscovíticos intemperizado. Segundo Casseti (1984), esse fato evidencia uma vinculação direta das formações vegetais com a estrutura superficial, em que os depósitos antigos, e mesmo quaternário, relacionados aos fenômenos de pediplanação e pedimentação, respondem pela presença de uma vegetação menos densa.

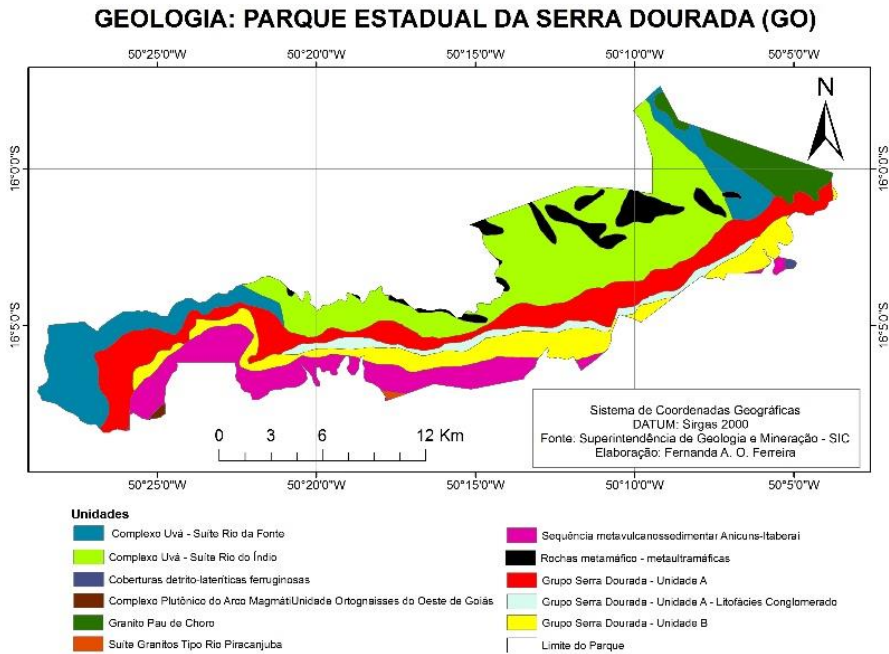
No fundo do vale tem-se a presença de Cambissolo (termo que vem de câmbio, troca de material), solos comuns em relevos ondulados e fortemente ondulados. Por estar em um relevo mais inclinado e, portanto, com maior quantidade de materiais orgânicos, observa-se a presença de vegetação mais densa, com troncos mais retilíneos e folhas mais lisas.

A seguir, as figuras 3, 4 e 5 apresentam-se os aspectos geológicos, geomorfológicos e a tipologia de solos presentes no Parque Estadual da Serra Dourada.

Com relação à Geologia e a Geomorfologia da região apresenta um fenômeno atípico, pois é uma região que forma um *hog-back*, que pode ser observado na área do parque conhecido como “mirante”, a partir do qual se têm a vista panorâmica (figura 3), abarcando as porções da escarpa de *hog-back* como a depressão ortoclinal, “que corresponde ao anfiteatro granito-gnaissico do Complexo Goiano” (CASSETI, 2001, s/p.).

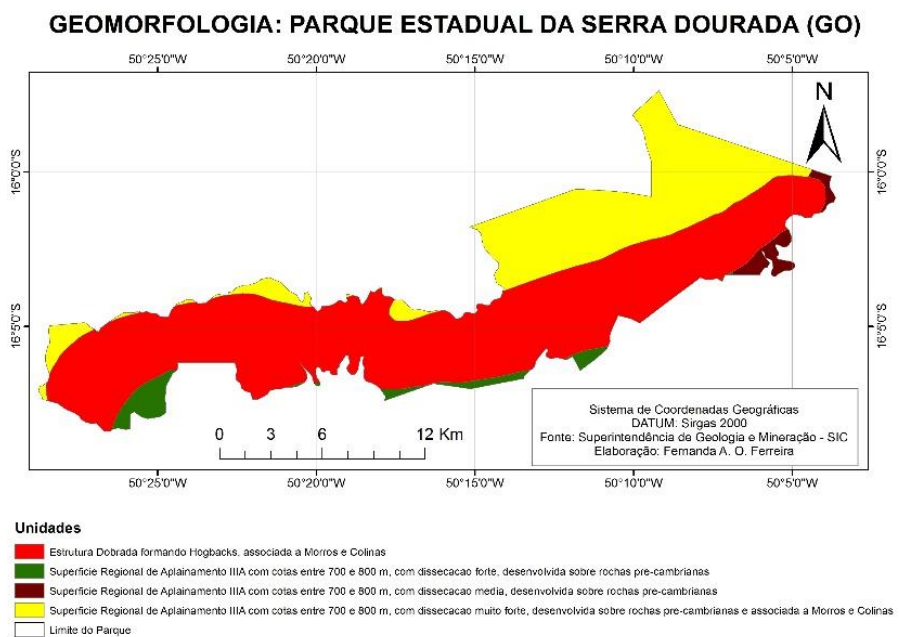
Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

Figura 3: Geologia do Parque Estadual da Serra Dourada



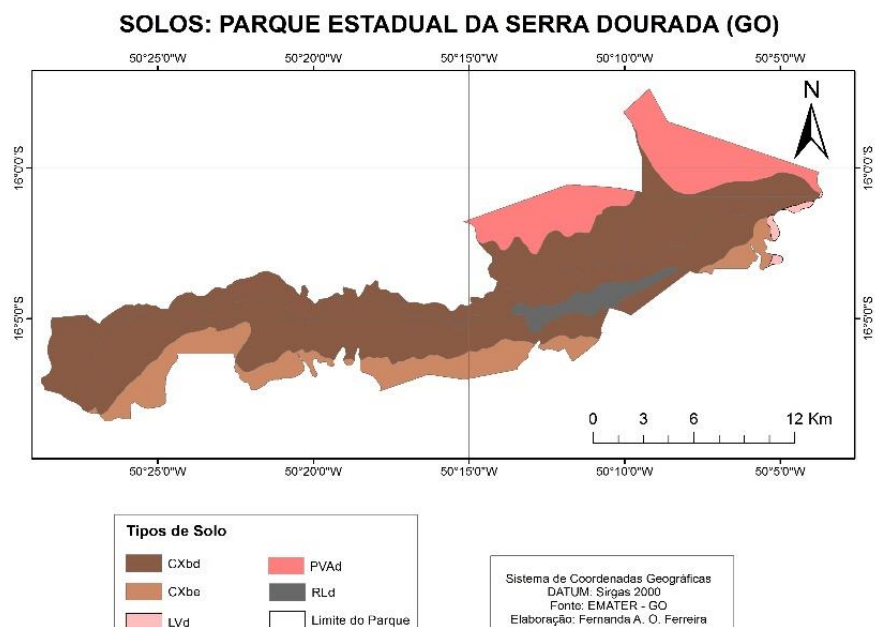
Elaboração: Fernanda Alves de Oliveira Ferreira, 2019

Figura 4: Geomorfologia do Parque Estadual da Serra Dourada



Elaboração: Fernanda Alves de Oliveira Ferreira, 2019

Figura 5: Solos do Parque Estadual da Serra Dourada



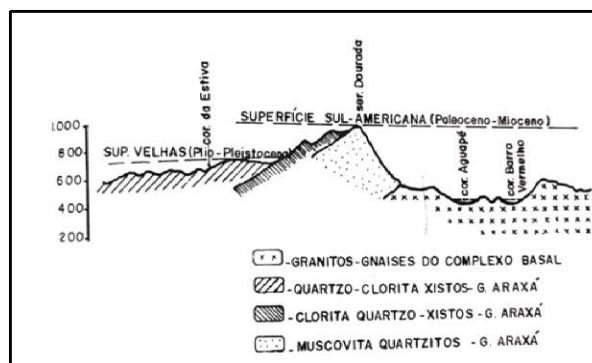
Elaboração: Fernanda Alves de Oliveira Ferreira, 2019

Casseti (2005), explica que este tipo de relevo apresenta formas similares às cuestas, porém elaboradas em estruturas monoclinais com o mergulho superior a 30°. Devido ao declive necessário à sua caracterização, o autor afirma que essas formas são vinculadas a eventos tectônicos. Para exemplificar a forma de hog-back na Serra Dourada, pode ser observada da cidade de Goiás uma estrutura de granito mais avermelhada chamado de frente o topo a cornija. Essa forma se justifica porque a drenagem da cabeceira da Bacia do Rio Vermelho carregou todo material que ali existia para as partes mais baixas. Isso acontece porque existem os períodos úmidos e períodos secos. Nos períodos úmidos, a drenagem leva todo material, afundando o vale e nos períodos secos temos um fenômeno chamado de pediplanação (a cidade de Goiás fica em um grande pediplano, ou vale semiaberto), momento de recuo paralelo das vertentes. Então temos de um lado da serra, a drenagem do Rio Vermelho, que levou todos os materiais, ficando visível o processo erosivo, e de outro lado, que não sofreu esse forte processo erosivo, portanto menos desgastado, por isso chamado monoclinial.

Rizzo (1970) ressalta que a Serra Dourada é um divisor de águas, que separa os rios das bacias Araguaia-Tocantins e da bacia do Paranaíba. Casseti (2005) já a enxerga, como um divisor de águas mais abrangente. O autor explica que a Serra Dourada tem direção predominante ENE (60° - 80° NE), com os cursos d'água originados no front voltados para a bacia Amazônica, ao norte, e os cursos de drenagens originados no reverso integrando a bacia Platina.

Na figura 6 é apresentado o esquema morfológico da Serra Dourada proposto por Casseti (2005):

Figura 6: Esquema morfológico da Serra Dourada



Fonte: Casseti (2005)

A Gruta da Coruja foi um ponto visitado. Ela é considerada um espeliotema e nela podem ser observadas muitas formações interessantes. Tem origem de rocha ganáissica e granítica, com muito quartzo, feldspato e mica na estrutura. Nela é fácil perceber o mergulho do magma, uma epirogênese positiva, fenômeno chamado de braquianticlinal. Nessa estrutura é possível perceber o magma adentrando e empurrando-a para cima. Depois desse processo, o magma que sofreu resfriamento lento, se solidificou internamente, formando um batole (grande cogumelo de granito), que sustentou a soergueu toda formação externa.

A modelagem da gruta se dá pelo escavamento da água nas rochas, formando as passagens de ar e de água. Esse escavamento acontece em qualquer tipo de textura de rocha, encontrando mais facilidade em elementos cársticos, que em rochas quartzítica, como é o caso.

Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 13, n. 2, dez. 2020. ISSN 1981-4089

Na gruta (figura 7) percebem-se duas aberturas. Essas aberturas permitem abrigos de pessoas e outras espécies animais.

Figura 7: Gruta da Coruja



Fonte: Jorge Augusto Almada Justino, 2019.

O Mirante (figura 8) está a uma altitude de 980 metros e possui uma rampa que foi construída à época do primeiro FICA (Festival Internacional de Cinema Ambiental), para ser utilizada em campeonatos de Asa Delta, por isso, conhecido como Mirante de Asa Delta. Entretanto, após a construção da rampa, constatou-se a existência de um morro na frente que impede a utilização para o salto com asa delata. Por esta razão, tem sido utilizada para voos de “parapentes” e similares.

Figura 8: Visão Panorâmica do Mirante



Fonte: Isadora Régia, 2019.

Por fim, o último ponto visitado na serra, foi o denominado “areal” (figura 9). As areias de diferentes tonalidades ocorrem devido à mineralogia das rochas. As colorações amareladas e avermelhadas devem-se ao intemperismo ocorrido nos quartzitos ricos em ferro. A coloração esverdeada deve-se à presença de mica nas rochas. Nota-se, que o areal sofreu e ainda sofre ação intempérica, principalmente da água. No local é possível observar estruturas chamadas de Chaminé de Fada (figura 10).

Figura 9: Areal



Fonte: Jorge Augusto Almada Justino, 2019.

Figura 10: Estrutura erosiva chamada de chaminé de fada



Fonte: Fernanda Alves de Oliveira Ferreira, 2019

Para compreender a complexidade das questões econômicas, políticas e ambientais na área do PESD é necessário conhecer a sua composição fundiária. O Parque possui 31 pequenas propriedades, correspondendo a 15% de sua área, 16 médias propriedades, o que corresponde a 40% e seis grandes propriedades, correspondendo a 45%, ou seja, as seis maiores propriedades ocupam quase a metade da área total do parque. Ainda nessa composição conta-se também com a ocupação de dois assentamentos (Buriti Queimado e o Bom Sucesso).

Apesar de existir leis que protegem a criação do parque de um lado, por outro se tem os fazendeiros que usam de estratégias para ampliar o seu processo de produção. Com isso percebe-se a crescente expansão da área de pastagem, o cultivo de eucalipto e inclusive, a utilização de agrotóxicos, consumindo os recursos naturais do parque.

Portanto, com essa complexidade de ocupação e interesses fica o desafio da permanência da atual área de quase 30.000ha e da geoconservação de uma região tão importante para as atuais e futuras gerações.

Diante do observado, discutido e refletido durante o estudo de campo foi possível evidenciar a geodiversidade presente no PESD e a idealizar uma possível proposta de criação de um geoparque. O levantamento de geossítios e sítios de diversidade constituem-se num importante passo para a elaboração do inventário do patrimônio geológico e estratégias de geoconservação, conforme a metodologia de Brilha (2005, 2016). Sobre a concepção de geoconservação resume Sharpes (2002):

O conceito de geoconservação como objetiva a preservação da diversidade natural (ou geodiversidade) de significativos aspectos e processos geológicos (substrato), geomorfológicos (formas de paisagem) e de solo, mantendo a evolução natural (velocidade e intensidade) desses aspectos e processos (SHARPES, 2002, p.42).

O interesse pelos estudos do tema da geoconservação vem crescente nas últimas décadas. Para Ramos (2006), a “interdição entre a sociedade e a natureza tem se modificado ao longo dos anos, dando um outro caráter às relações estabelecidas entre os seres humanos e a natureza”.

A geoconservação se apresenta como uma estratégia inevitável para a preservação, inclusive da espécie humana. Para a efetivação da geoconservação é

necessário a criação dos geoparques. Esses servem para gerenciar e dar visibilidade ao público, e assim prosseguir com a conservação do patrimônio geológico. Para Brilha (2005), a criação de geoparques pode constituir um importante instrumento na concretização do desenvolvimento sustentável. O autor explica que o geoparque é uma área em que se conjuga a geoconservação e o desenvolvimento econômico sustentável das populações que a habitam.

Brilha (2009) ainda estabelece dois sentidos na relação entre geociências e a geoconservação. No primeiro, os geocientistas que reconhecem a geoconservação. Esses definem e reconhecem os geossítios. O segundo retrata que o geoparque assegura a conservação do patrimônio geológico para as futuras gerações. Esses por sua vez darão testemunhos históricos geológicos, garantindo assim o progresso do conhecimento científico às futuras gerações.

Para além da importância de assegurar a conservação do patrimônio geológico, Ruchkys (2007) ressalta a necessidade de se desenvolver outras atividades compatíveis com a proteção do patrimônio geológico. Ela destaca o geoturismo, como um grande potencial por meio de atividades de educação e proteção patrimonial. Sobre o geoturismo salienta Moreira (2011), ele não pode ser encarado como uma forma de ecoturismo. Por mais que as definições de ecoturismo contemplam o patrimônio natural, nenhuma delas abrange a geodiversidade como parte do produto turístico, citando muitas vezes unicamente a biodiversidade.

Para Brilha (2016), locais com importância geológica, como é o caso do PESD, que conta parte da história da Terra e que estão sob o risco de total ou parcial degradação, devido às ações humanas ou naturais, bem como a realização de estudos para sua conservação.

A criação de um geoparque, com trilhas geoturísticas, que levem a vários geossítios e sítios da diversidade (Gruta da Coruja, Cidade de Pedra, Mirante da Asa Delta, Areal, Árvore-de- Papyrus, Reservatório de Mossâmedes, plantas medicinais, entre outros), possibilitará a valorização dessas riquezas, levando a preservação e a conservação do patrimônio geológico, geomorfológico da região, bem como a pesquisa

em diferentes áreas e ainda geoturismo que poderá auxiliar na renda financeira de muitas famílias dos municípios em que o parque se localiza.

Uma estratégia que possibilita a ampliação do conhecimento das riquezas dos geoparques são os trabalhos de campo e de pesquisas, como instrumento de ensino-aprendizagem. O trabalho de campo como proposta metodológica está diretamente relacionado às possibilidades de compreender o espaço, como espaço de vivência. Dessa forma, a relação que se estabelece entre a teoria da sala de aula e a realidade espacial do estudante, possibilita a esses perceberem como sujeitos da realidade em que estão inseridos, como se vê em:

Penso que a maior parte dos geógrafos concorde com o fato de que a ida a campo seja um instrumento didático e de pesquisa de fundamental importância para o ensino e pesquisa da/na Geografia. Enquanto recurso didático, o trabalho de campo é o momento em que podemos visualizar tudo o que foi discutido em sala de aula, em que teoria se torna realidade, se ‘materializa’ diante dos olhos estarecidos dos estudantes, daí a importância de planejá-lo o máximo possível, de modo a que ele não se transforme numa ‘excursão recreativa’ sobre o território, e possa ser um momento a mais no processo ensino/aprendizagem/produção do conhecimento (MARCOS, 2006, p. 6).

Nesse momento, torna-se mister a defesa de um modelo de relação de respeito entre natureza/sociedade. E nesse sentido, o geógrafo Tuan (1980) desenvolveu o conceito de Topofilia para expor a relação afetiva que o ser humano constrói com o ambiente. É nessa proposta de relação de afetividade e responsabilidade pelas ações, que a proposta de criação de um geoparque resgatará não só a preservação e restauração do espaço do PESD, mas também possibilitará a vasta história às futuras gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAS

A experiência didático-pedagógica de estudo de campo no Parque Estadual da Serra Dourada possibilitou a turma do Curso de Pós-Graduação em Geografia, a perceber a importância da mesma para o processo ensino-aprendizagem. A proposta foi propositiva à medida que proporcionou uma aproximação entre os conceitos estudados em sala de aula e vivenciados nos mais variados ambientes do parque.

Os Parques Estaduais são criados e destinados para fins científicos, culturais, educativos e recreativos, para a comunidade e visitantes. Do ponto de vista legal tem como característica, a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

A proteção da Serra Dourada está agregada ao processo de tombamento da Cidade de Goiás como Patrimônio da Humanidade. O Movimento Pró-Cidade de Goiás, responsável por coletar o maior número de informações, promoveu uma consulta aos moradores quanto à criação de Parque Estadual, e que dessa proteção à área do entorno, conforme exigência da UNESCO.

Para tanto, o presente estudo propõe uma discussão para além dos aspectos do título de parque para o espaço da Serra Dourada, que visa a preservação de ecossistemas naturais, realização de atividades de educação ambiental e de pesquisa científica. O que este trabalho sugere é o aprofundamento dos estudos geoambientais para a transformação do PESD em um geoparque da Serra Dourada para que a população possa compreender a sua geodiversidade e, conseqüentemente, a importância da sua geoconservação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Sistema nacional de unidades de conservação da natureza**: lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000.

BRASIL. **Sistema nacional de unidades de conservação da natureza**: decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002.

BRILHA, J. **Patrimônio geológico e geoconservação**: a conservação da natureza na sua vertente geológica. Lisboa: PALIMAGE, 2005.

CASSETI, V. Algumas considerações morfoestruturais na região de Goiás - GO. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 4/5/6, n. 1/2, p. 01-12, 1984.

CASSETI, V. **Elementos de geomorfologia**. Goiânia: FUNAPE-UFG, 1994.

FARIA, Isabel Nogueira. **Parque Estadual da Serra Dourada: uma contribuição ao ecoturismo com base na percepção ambiental dos moradores da cidade de Goiás.** Goiânia: IESA-UFG, 2006.

GABELINI, S. M. **Manual prático de unidades de conservação.** Goiânia: MPMO-ESMP, 2011.

LA FUENTE, A. R. S. **O Trabalho de campo em Geografia: múltiplas dimensões espaciais e a escolarização de pessoas surdas.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

MARCOS, Valéria de. Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo, n. 84, p. 105-136, 2006.

PINTO FILHO, Ricardo de Faria. **Inventário e avaliação da geodiversidade no Município de Goiás e Parque Estadual da Serra Dourada.** Goiânia: IESA-UFG, 2014.

RAMOS, L. M. J. **Outros sentidos para o ecoturismo: percepção e educação ambiental no Parque Estadual da Serra de Caldas Novas – GO.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

RIZZO, J. A. **Contribuição ao conhecimento da flora de Goiás: área na Serra Dourada.** Tese (Doutorado em Botânica) – Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1970.

ROSS, J. **Geografia do Brasil.** São Paulo, Edusp, 1996.

RUCHKYS, U. A. **Patrimônio geológico e geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: potencial para a criação de um geoparque da UNESCO.** Tese (Doutorado em Geologia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

SHARPLES, C. **Concepts and principles of geoconservation.** Tasmanian: Parks & Wildlife Service, 2002.

TUAN, Yi Fu. **Topofilia.** São Paulo; Difel, 1980.